

AGRICULTURA

Novas verbas para agricultores “desbloqueadas”

Finanças reconhecem IFAP como pagador. Mas ainda faltam portarias

Filipe Paiva Cardoso
filipecardoso@mediafin.pt

A publicação na última semana em Diário da República das regras gerais de aplicação dos programas de desenvolvimento rural financiadas pelo Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER), veio “desbloquear” a situação do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) que até agora não estava reconhecido pelo Ministério das Finanças como a entidade pagadora das novas medidas financiadas ao abrigo do Programa de Desenvolvimento Rural (Proder) 2007 - 2013.

João Machado, presidente da Confederação dos Agricultores Portugueses (CAP), referiu na última semana em entrevista ao Jornal de Negócios que o atraso no pagamento das ajudas comunitárias à agricultura, se devia sobretudo ao facto da Agricultura “não ter organismo pa-

gador”, já que o IFAP “não é reconhecido pelo Ministério das Finanças, o que é uma coisa extraordinária”. Contactado na altura, o Ministério de Teixeira dos Santos apontou ao JdN que “no que respeita às medidas novas financiadas pelo FEADER, o Governo tem estado a criar o quadro legal e administrativo necessário que permita pagamentos, com segurança, das ajudas aos agricultores”. Algo que ocorreu ago-



O IFAP terá a seu cargo a entrega de, pelo menos, 560 milhões de euros anuais aos agricultores portugueses no âmbito do Proder

ra, com a publicação em DR das regras gerais do programa de desenvolvimento rural.

Fonte oficial do Ministério das Finanças confirmou agora, já depois da publicação em DR das regras, que “a situação fica resolvida”. Contudo, o IFAP apenas poderá cumprir as suas obrigações quando o Governo publicar as portarias específicas relativas às ajudas agrícolas no âmbito do Proder, algo que, por ora, continua sem data agendada. No total o IFAP tem a seu cargo a distribuição anual de pelo menos 560 milhões de euros de Bruxelas ao abrigo do Proder.

O IFAP foi criado na sequência da reorganização do MADRP, iniciada pelo actual Governo. O novo órgão veio unir as funções até então realizadas pelo INGA – Instituto Nacional de Garantia Agrícola e pelo IFAD – Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas.

Agricultores criticam

O atraso no pagamento das ajudas comunitárias à agricultura tem levantado bastante polémica nos tempos mais recentes. O novo Proder arrancou em 2007, porém, os agricultores portugueses ainda não tiveram direito aos 560 milhões de euros relativos a esse ano, sendo que a CAP considera mesmo “altamente improvável que haja possibilidade de os agricultores se candidatarem até ao Verão, na melhor das hipóteses lá para Setembro/ Outubro terão os mecanismos necessários”, segundo acusou João Machado na mesma entrevista ao JdN.

Com a publicação em DR das regras gerais de aplicação dos programas de desenvolvimento rural financiadas pelo Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural, será de esperar que o processo de entrega das ajudas comunitárias aos agricultores ganhe um novo “alento”.

JUSTIÇA

Notários vão a tribunal pedir € 30M ao Estado



Joaquim Barata Lopes | Bastonário da Ordem dos Notários.

Os notários privados vão avançar com acções em tribunal contra o Estado português para reaver 30 milhões de euros que, alegam, têm vindo a entregar aos cofres públicos sem terem recebido as contrapartidas previstas na Lei.

Joaquim Barata Lopes, bastonário da Ordem dos Notários, adiantou ao Jornal de Negócios que a decisão foi tomada no passado dia 26 de Fevereiro, na última reunião de direcção da Ordem e que, desde aí, os notários deixaram também de proceder às entregas ao Estado. Em causa estão dez euros por cada escritura realizada e três euros por cada um dos demais actos realizados. Estes valores são periodicamente entregues desde que os notários foram privatizados, há três anos, e a base legal é a tabela de emolumentos em vigor. A mesma norma prevê também que, em contrapartida por estas verbas, “os notários possam aceder às bases de dados, dos registos, nomeadamente do registo predial, algo que sempre nos foi negado”, explica Barata Lopes. O bastonário sublinha que, além do lado prático, este acesso permitiria poupanças aos próprios clientes, nomeadamente a dispensa de registos provisórios nas compras e vendas de imóveis, já que bastaria ao notário consultar directamente a informação na base de dados.

Na sexta-feira, o “Diário Económico” avançava que os notários privados deviam 550 milhões de euros ao Ministério da Justiça. Barata Lopes admite que o valor ronde esse montante, uma vez que “em Fevereiro já ninguém fez as habituais entregas”. As suas estimativas são que, por ano, as entregas andem próximo dos 12 milhões, o que faz disparar para 30 milhões, “aproximadamente” o total dos três anos de privatização dos cartórios. “Agora, cada notário vai fazer o seu próprio levantamento e apresentar uma acção junto dos tribunais”, explica Barata Lopes. **FL**

MOVIMENTO CÍVICO

Novo Portugal quer mais poder regional

Foi Douro acima que se discutiu o “Novo Portugal”. ANJE, Sedes e Fundação Gulbenkian desafiaram 115 jovens (com menos de 45 anos), de vários quadrantes da sociedade portuguesa a apresentar “o Portugal que queremos ter dentro de 20 anos”.

Economistas, empresários, investigadores, músicos e cineastas, entre outros, tinham como missão apontar os sete desígnios nacionais. “Um Portugal em que todos se autoresponsabilizassem pela causa pública, as assimetrias sociais se esbatessem, a criatividade imperasse e a organização funcionasse”, sustentava o comissário do movimento, Tiago Gali Macedo, sexta-feira, no Cais de Gaia.

O resultado de um dia e meio de debate foi apresentado no sábado à noite, na Casa da Música. Entre a listagem de propostas - organizadas segundo sete temas - avulta a defesa de um novo modelo de ordenamento e gestão do território, reforçando, com a legitimidade eleitoral, os órgãos de poder regionais. “Não se trata de defender a regionalização mas de dar legitimidade democrática a órgãos intermédios que já existem, como os que agrupam as autarquias”, esclareceu Tiago Gali Macedo ao Jornal de Negócios.

O comissário do Novo Portugal não o disse mas fica implícito que a obtenção de um texto capaz de gerar a unanimidade entre os pensadores teve como consequência uma formulação mais vaga das recomendações. “Há desígnios e não medi-



Egídio Santos

Novos portugueses | Acreditam mais em si próprios do que nas “cunhas”.

das concretas”, frisou.

Belém será o próximo passo. O documento que faz propostas “de ruptura com o modelo do passado” será entregue ao Presidente da República, em data a anunciar.

Com sol e ribeira ao fundo

Os 115 pensadores, num estilo “casual wear”, estavam descontraídos e bastante sorridentes, de mala na mão porque a jornada só terminaria no sábado ao fim da tarde. No Cais de Gaia, os convidados chegavam a conta-gotas a partir do meio dia. Enquanto uns ainda faziam o “check in”, outros tomavam lugar nas cadeiras dispostas pelo “sun deck” do navio-hotel, com a Ribeira e a Ponte D. Luís I a fazer de fundo para a fotografia. Aproveitavam

para apanhar sol e pôr a conversa em dia, conhecer e cumprimentar os amigos dos amigos.

Entre eles encontrava-se o investigador da Universidade do Minho, Rui Reis, que defende a ideia de “um Portugal baseado na qualidade das pessoas, com menos invejosos e mais gente avaliada pelo mérito próprio”.

Também o sociólogo Gustavo Cardoso, que foi assessor de Jorge Sampaio, alertava para o pessimismo dos portugueses. “Somos bons e estamos bem posicionados quando comparados com os outros países da União Europeia”, frisava. Por isso, gostava de viver num Portugal onde as pessoas não fossem tão negativas e “que acreditassem mais no valor próprio do que nas cunhas”.

ICC/LB

PROPOSTAS DO NOVO PORTUGAL

- ➔ Criação de um modelo de ordenamento e gestão territorial de âmbito regional, com poder executivo resultante de legitimidade democrática conferida por sufrágio universal - tanto pode ser a regionalização como o reforço da legitimidade democrática de estruturas intermédias como as associações de municípios
- ➔ Valorização da especificidade das duas áreas metropolitanas, Lisboa e Porto
- ➔ Daqui a 20 anos, Portugal deverá estar em 20º lugar entre os países mais desenvolvidos do Mundo, uma subida do actual 29ª posição
- ➔ Aumentar para 2,5% a percentagem do PIB para ID, com reforço do investimento privado
- ➔ Educação para a cidadania, tendente a combater a corrupção, a impunidade, o acriticismo, a intolerância e a exclusão
- ➔ Revisão dos modelos eleitorais para o Parlamento, no sentido de uma maior ligação e co-responsabilização dos eleitos face aos eleitores
- ➔ Diminuição do número de câmaras municipais e reforço das suas funções
- ➔ Despartidarização da administração pública